



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681319 - PR (2021/0226139-6)

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : GERSON LUIZ GALICIOELLI JUNIOR E OUTROS  
**ADVOGADOS** : EMERSON RICARDO GALICIOELLI - PR017090  
MARIO SERGIO KECHE GALICIOELLI - PR029877  
SÍLVIO ROGÉRIO GALICIOELLI - PR016692  
GERSON LUIZ GALICIOELLI JUNIOR - PR062350  
MARIO GERMANO DUARTE GALICIOELLI - PR046747  
ALCIDES GALICIOELLI FILHO - PR016582  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : GERSON LUIZ GALICIOELLI  
**CORRÉU** : ANGELO ELINO DE ALMEIDA  
**CORRÉU** : CÉLIO LISBOA  
**CORRÉU** : ELIVÉLTON BRUNO MICHELS  
**CORRÉU** : GILBERTO DE MORAES  
**CORRÉU** : JOÃO HONÓRIO DE MORAES  
**CORRÉU** : VALDIR RODRIGUES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GERSON LUIZ GALICIOELLI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Apelação Criminal n. 0006611-42.2012.8.22.0007).

O paciente foi condenado à pena de 4 anos de reclusão em regime inicial semiaberto, pela prática do crime previsto no art. 316, *caput*, do Código Penal.

Nesta via, a defesa sustenta a necessidade de trancamento da ação penal, em razão da inépcia da denúncia apresentada pelo Ministério Público do Estado do Paraná. Nesse sentido, afirma que o *parquet* não demonstrou a real existência de recebimento de vantagem indevida por parte do paciente.

Requer, liminarmente, a suspensão da ação penal proposta em desfavor do paciente, e, no mérito, a concessão da ordem a fim de seja decretado o trancamento da referida ação, por ausência de justa causa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para o afastamento da alegação de inépcia da denúncia, consoante se extrai do seguinte excerto (e-STJ fls. 145/149):

*Isso porque a denúncia efetivamente preenche os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal,*

*vale dizer, contém exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias.*

*Do cotejo dos autos, resta claro que a denúncia possui os elementos satisfatórios a fim de dar margem para seu recebimento. Aliás, retrata com riqueza de detalhes a exposição dos fatos, a qualificação dos acusados, as circunstâncias e classificação dos delitos, em consonância com o disposto no art. 41 do Código de Processo Penal. Vejamos novamente o seu teor:*

*(...)*

*Não é demais salientar que a peça em discussão viabiliza, satisfatoriamente, o exercício das garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório.*

*Desta forma, não há que se falar em denúncia genérica ou inepta, uma vez que, nos termos em que foi apresentada, possibilitou que todos os denunciados compreendessem exatamente o fato criminoso imputado, bem como exercesse de modo amplo o seu direito de defesa, tudo em conforme com a legislação processual penal.*

Desse modo, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da referida matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência